

## DE ENCONTROS, TENSÕES E NEGOCIAÇÕES: PROCESSO ESCOLAR ENTRE IMIGRANTES E DESCENDENTES NO 'PRATA' (NOVA PRATA/RS, 1898 – 1929)

TERCIANE ÂNGELA LUCHESE

SONIA PRIGOL PAGNONCELLI

Universidade Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

---

**RESUMO:** Analisar o processo escolar que emergiu do encontro entre distintos grupos de imigrantes, no qual negociações e tensões geradas pelas diferenças estiveram presentes, bem como mapear as iniciativas públicas, privadas e confessionais, que permitiram que o nascente município contasse com escolas, é o objetivo do artigo. O recorte temporal da análise abrange o período da colonização, 1898, e se estende até 1929, quando, cinco anos após a emancipação do município do Prata, foi instituído o Grupo Escolar do Prata. A análise documental histórica mobilizou relatórios da intendência, fotografias, jornais, Livro de Tombo e correspondências. O referencial teórico foi auferido na História Cultural e História da Educação. As iniciativas escolares e o encontro de diferentes grupos no espaço de convivência, a sala de aula, produziram negociações, tensões e demandas aos professores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etnias. Imigrantes. Escolas. Diversidade Cultural.

---

*Num país novo, de grandes correntes imigratórias, verdadeiro cadinho onde se processa a fermentação abscondita da alma da raça, a educação cívica tem uma elevada função nacionalizadora, que ao Estado cumpre tornar coercitiva. Daí, a nobre missão do mestre escola; acrisolar as virtudes elementares, necessárias à formação do ser humano, como elemento integrador da sociedade e vincular-lhe o espírito, na compreensão e na prática dos deveres de cidadão brasileiro.*  
(ARANHA, Oswaldo, 1928, p. 33-34)

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 1928, conforme a epígrafe de abertura, o então Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul, Oswaldo Aranha, registrava o intuito da educação e da instrução ofertadas pelo Estado. Os professores seriam “pioneiros dessa cruzada”, além de buscar uma educação nacionalizadora, formadora de seres humanos integrados à sociedade, cientes dos deveres de cidadão brasileiro. “O Estado precisa ensinar e educar. A escola não deve ser unicamente uma casa de ensino, mas uma casa de educação. A criança precisa aprender a ler, a viver e a trabalhar na escola” (ARANHA, 1928, p. 33). Tal função era mister por termos um “país novo, de grandes correntes imigratórias” (ARANHA, 1928, p. 33).

Como sabemos, ao final do século XIX e início do XX, diferentes grupos de imigrantes aportaram no Brasil, ocupando núcleos coloniais, trabalhando em áreas urbanas ou mesmo em áreas rurais como fazendas de café em São Paulo. No caso do Rio Grande do Sul, foi o período mais intenso de ocupação de áreas coloniais que subiram a Serra Gaúcha e se espalharam, com a criação de novas frentes de colonização para o norte e noroeste do Estado.

O presente artigo trata do processo escolar que emergiu do encontro de diferentes grupos de imigrantes como aqueles provenientes da península itálica, Polônia, Alemanha, além de brasileiros e outros que colonizaram a localidade inicialmente conhecida como Capoeiras, mais tarde, como Prata<sup>1</sup>, como foi nominado o recém-criado município em 1924. Além dos imigrantes que chegavam, filhos de famílias estabelecidas reemigravam em busca de novas oportunidades de posse da terra. A confluência num mesmo espaço de grupos culturais distintos de imigrantes que conviviam com os que eles chamavam de 'brasileiros' provocou tensões, conflitos e negociações no cotidiano dos que adentraram o espaço escolar. Como lembram Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 117), "estudar a etnicidade consiste, então, em inventariar o repertório das identidades disponíveis em uma situação pluriétnica dada e descrever o campo de saliência dessas identidades nas diversas situações de contato".

O objetivo do artigo, portanto, foi analisar o processo escolar que emergiu do encontro entre os grupos de imigrantes, as negociações e as tensões geradas pelas diferenças, bem como mapear as iniciativas públicas, privadas e confessionais que permitiram, ao nascente município, contar com escolas. Para a análise documental histórica, foram mobilizados relatórios da intendência, fotografias, jornais, Livro de Tombo e correspondências. O referencial teórico foi auferido da História Cultural e da História da Educação, por meio das categorias de análise como processo escolar e história da escola. O recorte temporal da análise aborda o período da colonização, 1898, e se estende até 1929, quando, cinco anos após a emancipação municipal do Prata, foi instituído o Grupo Escolar do Prata.

O texto está organizado em dois momentos: no primeiro, uma breve contextualização do processo de colonização e de emancipação do Prata; no segundo, uma análise do processo escolar e das nuances que marcaram a escolarização, atentando, especialmente, para as múltiplas diferenças culturais que conviveram, de modo muito próximo, no interior das aulas.

#### DO DISTRITO DE CAPOEIRAS AO MUNICÍPIO DO PRATA

A configuração da colonização de Capoeiras reuniu diversidade étnica e cultural por meio de processos migratórios externos e internos que envolveram italianos, poloneses, alemães, árabes, espanhóis, brasileiros e formaram, na percepção de Galeazzi, (1998), inicialmente a região, que foi habitada por povos indígenas pertencentes à tribo dos Kaingang, do grupo dos Jê (chamados de Coroados). Segundo Xerri (2004, p. 30), foram vários os fatores que contribuíram para o afastamento desses povos, como, por exemplo, as diferenças culturais entre eles e os que chegavam para explorar as riquezas naturais e, até mesmo, a escassez de gêneros alimentícios.

A primeira vinculação do local foi com o município de Lagoa Vermelha. Em 1884, com a constituição do núcleo colonial de Alfredo Chaves e o trabalho de medição de lotes empreendido pela Comissão de Terras sob a orientação da Inspetoria de Terras e Colonização, vinculada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as terras ditas devolutas foram identificadas como, em parte, ocupadas. Sezefredo José Ferreira havia se estabelecido e, posteriormente, vendido para o militar Silvério Antônio de Araújo. Em 1856, Silvério Antônio de Araújo e sua esposa Placidina Vieira de Araújo se assentaram e, posteriormente, doaram terras para a formação de um povoado, que foi chamado de São João Batista do Herval, conforme Xerri (2004). A homenagem ao santo de devoção do casal é o que deu origem ao primeiro nome da localidade, São João Batista. Alguns comerciantes e moradores se instalaram no local, uma pequena capela de madeira foi erguida. Em 25 de maio de 1893, a capela foi elevada à paróquia, sendo nomeado o vigário Padre italiano Josué Bardin, que atendia o povoado desde 1891. A pequena capela em madeira foi deixada de lado com a construção de uma nova igreja, em alvenaria, iniciada em 1894 e inaugurada em 1904 pelo bispo italiano João Baptista Scalabrini em sua passagem por Capoeiras (RIZZARDO, 1990).

Em 1885, para facilitar o acesso aos lotes pelos colonos europeus, além da comunicação na recém-criada Colônia Alfredo Chaves, abriu-se uma Estrada Geral, denominada Estrada Buarque de Macedo, o que facilitou o processo de ocupação. Parte das terras, a parte pública, foi medida e passou a ser vendida pelo Estado; outra parte, propriedade de fazendeiros, a exemplo de Silverio Antonio de Araújo, também foi loteada e vendida aos imigrantes que chegavam em levas. No anúncio, publicado de forma recorrente e transcrito a seguir, se compreende a venda de terras por particulares:

Venda de terras. Divididas em lotes coloniais, vende-se junto à povoação das Capoeiras, 2º distrito do município de Alfredo Chaves, entre as estradas gerais Buarque de Macedo e Campo do Meio, terras de superior qualidade, onde se encontra todas as madeiras de lei próprias para construção. Fazem estas terras parte da fazenda Pratinha, outrora pertencente a Silveiro Antonio de Araújo, as mesmas são registradas na lei de Terras e salvas de quaisquer dúvidas ou questões como demonstram os documentos. Como de costume, as vendas serão feitas em lotes e com o fim de serem ocupadas e cultivadas. O pagamento será metade à vista e o resto a prazo que se convencionar. Pretendentes podem entender-se com Jacob Ely, em Conde d'Eu ou na povoação das Capoeiras, com o seu procurador José Carlos Ely (JORNAL *A Federação*, 16/10/1899, p. 03).

A colonização foi consideravelmente rápida, seja pela ocupação de imigrantes recém-chegados da Itália, da Polônia e de outros países, ou então de filhos de imigrantes há mais tempo estabelecidos que buscavam novas frentes de colonização e a posse de terras. Em 1898, o povoado de São João Batista do Herval foi anexado a Alfredo Chaves como segundo distrito e recebeu o nome de Capoeiras, conforme Galeazzi (1982). "Por decreto 15/01/1898, Alfredo Chaves desmembrou-se de Lagoa Vermelha da qual até então fazia parte como 3º distrito e constituiu-se município" (COSTA, 1997, p. 19). O nome do distrito como Capoeiras foi explicado por Farina (1986, p. 28): "a tradição já tem consagrado a afirmativa de que o nome 'Capoeiras' surgiu a um impetuoso vendaval

que teria arrasado completamente o pinhal existente na depressão topográfica circular onde nasceria o povoado”.

A exploração por meio de serrarias da madeira, em especial de araucária, foi um dos pontos que intensificou a ocupação. Carreiros transportavam a madeira e estimulavam o crescimento do comércio, além, claro, das práticas da agricultura e criação de animais. Com o passar dos anos, houve melhorias, como a linha telegráfica em 1901, o telefone em 1912, a luz elétrica inaugurada em 27 de julho de 1913, o telégrafo nacional festejado em inauguração aos 25 de outubro de 1925. Aos poucos, crescia o comércio, diversificavam-se os negócios. Havia hotéis, cafés, banco, moinhos, ferrarias, serrarias, olarias, casas de venda de secos e molhados, fábricas de carroças, queijos, bebidas, curtume e até uma fábrica de gaitas de Angelo Pozza. Profissionais como médicos imigrados, a exemplo de Angelo Gattoni, Luigi Viglierchio e Gianelli, tinham se estabelecido. A Società Musicale Capoeirensi, com o maestro Giuseppe Cirilli, animava festividades e celebrações (FARINA, 1986; XERRI, 2004).

No período em que Capoeiras permaneceu como distrito de Alfredo Chaves contava com um subdelegado e um subintendente que administravam o local, mas, segundo Farina (1986, p. 102), “a vida toda, tanto da vila como do interior, dependia mais de uma minoria de prósperos comerciantes, médicos e farmacêuticos aqui radicados, ou dependia mais ainda dos interesses do Governo do Estado”. Portanto, Capoeiras enfrentava acirramentos decorrentes de grupos políticos concorrentes, de interesses locais diversos e de diferenças étnico-culturais. Capoeiras, conforme Farina (1986), chegou a ser apelidada de ‘Nova Calábria’. Tais desentendimentos foram evidentes em momentos como a Revolução Federalista de 1893, a Revolução de 1923 e em outras situações de enfrentamento de distintos grupos políticos.

O crescimento econômico e o desejo de maior autonomia administrativa fizeram com que um grupo de lideranças fosse escolhido e apresentasse, em 1922, o pedido de emancipação. Faziam parte desse grupo o Cônego João Antônio Peres, Félix Engel Filho, Antônio David, Luiz Marafon, Fernando Luzzatto, Adolpho Schneider, Clemente Tarasconi e Henrique Lenzi. A primeira proposta foi de que o território do novo município fosse composto por três distritos de Alfredo Chaves e três de Lagoa Vermelha. Por conta da pressão política do intendente de Lagoa Vermelha, que não aceitava perder território e que era forte aliado político do então presidente Borges de Medeiros, a emancipação aconteceu, porém apenas os três distritos de Alfredo Chaves passaram a compor o novo município. A emancipação aconteceu por meio do Decreto 3.351, de 11 de agosto de 1924, expedido pelo Presidente do Estado, Antônio Borges de Medeiros (XERRI, 2004). Foi nomeado o médico Dr. Felix Engel Filho como primeiro Intendente do município, embora provisoriamente. Segundo o censo realizado pelo IBGE, em setembro de 1924, no município do Prata, moravam 1.276 famílias e 9.391 habitantes (XERRI, 2004). O município passou por nova integração de território em 1932, quando os distritos de Nova Araçá, Paraí e Protásio Alves, de Lagoa Vermelha, passaram a compor o território do Prata.

Com esta breve contextualização, intentamos situar aspectos históricos de Capoeiras e a constituição do município do Prata, passando, a seguir, a analisar o

LUCHESE, T. A.; PAGNONCELLI, S. P.

processo escolar, os encontros, as negociações e os tensionamentos vividos na escolarização.

“QUEM TEM SEDE PEDE ÁGUA E QUEM TEM SEDE DE INSTRUÇÃO SOLICITA ESCOLAS<sup>2</sup>”:  
INICIATIVAS E PROCESSO ESCOLAR

Os primeiros registros de escola em Capoeiras e região foram de escolas com características étnico-comunitárias<sup>3</sup>, criadas por um grupo de famílias que escolhiam o professor, sendo aquele reconhecido como o que mais sabia, além de possuir condições de ensinar a ler, a escrever, a contar e a rezar, como afirma Luchese (2015). Além dessas, a criação de aulas públicas com nomeação ou subsídio, por parte do governo estadual, dos professores. As aulas funcionavam, inicialmente, em espaços alugados ou cedidos pelas famílias. Segundo Galeazzi (1998, p. 15), a primeira escola de que se tem registro foi instalada em 1901 e funcionava nas proximidades do povoado de Capoeiras, mais precisamente às margens da Estrada Buarque de Macedo. Nessa escola, lecionava o professor estadual Frederico Guilherme Kauer<sup>4</sup>. A presença e atuação do referido professor é corroborada pela nota publicada no jornal *A Federação* (24/07/1902, p. 2), em que se afirmava “mandou-se pagar pela coletoria de Alfredo Chaves os vencimentos que competirem ao professor Frederico Guilherme Kauer, da 7ª escola do sexo masculino de Capoeiras, naquele município”. Num dos raros registros, localizamos as memórias do aluno Demétrio Lenzi, nascido em 09 de abril de 1895, em Capoeiras, e que são significativas:

Comecei a estudar aqui com o professor Guilherme Kauer e depois numa escola onde a professora era a Fingher. Mais tarde ela casou com Antonio David, ficou sendo então a professora Adelina Fingher David. Quando comecei a estudar, com sete ou oito anos, isto aqui começou a se desenvolver muito com a vinda dos imigrantes italianos e outros de lugares próximos. Diversos comerciantes se instalaram aqui (FARINA, 1986, p. 85).

Pela diversidade de grupos que colonizaram Capoeiras, naquela localidade, foi possível identificar escolas étnico-comunitárias polonesas, como referido por Malikoski (2018) e Gardolinski (1976), além das italianas. No caso das iniciativas polonesas, Gardolinski refere que, em 1889, ao lado da capela, na Linha 7 de Vista Alegre, em um prédio modesto, lecionaram sucessivamente:

Ignacy Szymanski, Szczepan Slusarek e Ignacy Rapkiewicz. [...] este último ministrou aulas, embora com algumas interrupções, durante um período de 26 anos, ou seja, de 1923 a 1949. Enquanto o município não subvencionou essa escola, os colonos contribuíram até 1933 com a mensalidade de 100 mil réis. A frequência média era de 50 alunos (GARDOLINSKY, 1976, p. 107).

Outras comunidades com presença de imigrantes poloneses tiveram iniciativas escolares. Assim, com o apoio da comunidade ou, posteriormente, contando com subvenção pública, as pequenas escolas que emergiam próximas às capelas iam afirmando a possibilidade de escolarização. Malikoski (2018, p. 108) pondera que “os

poucos professores, como formação e condições de ensino, devido aos baixos salários, buscavam desenvolver outras atividades mais rentáveis”. Além disso, para o mesmo autor (2008, p. 108), “a indisponibilidade de livros ou manuais era também situação frequente nos núcleos de imigração”. Os poloneses estabeleceram-se nas Linhas Quarta, Quinta e Sexta, atual Linha General Osório, de acordo com Xerri (2004), mais precisamente nas proximidades da Capela de Santo Isidoro. Inicialmente, as aulas eram ministradas em um paiol, e, depois, foi construída a primeira escola. Eles demonstravam valorizar a educação escolar, mas também a oração e a família, instituições educativas complementares e fundamentais também para italianos e alemães, por exemplo.

Como identificado por outros autores que pesquisam a relação entre imigrantes e educação, a exemplo de Kreutz (2004), Renk e Maschio (2020) e Luchese (2014, 2015, 2018), as iniciativas escolares entre os imigrantes buscavam suprir a ausência de uma estrutura escolar pública e, para tal, empreendiam, na maioria dos casos, em mutirão, a construção de uma pequena escola, nas proximidades da capela, e ali mantinham uma aula para ensinar conhecimentos básicos. Renk (2016, p. 97) afirma que o “ensino era ministrado na língua materna desses grupos étnicos, e a escola foi uma importante instituição para a manutenção da identidade étnica”. Tal condição, comum na maior parte das colônias, foi motivo de tensionamento e negociação em Capoeiras, depois município do Prata. A presença de grupos étnicos diferenciados fez com que as aulas fossem frequentadas por crianças que adentravam a escola com mundos culturais e linguísticos diferenciados. O ensinar e o aprender eram marcados por esta convivência. O bilinguismo e mesmo o trilinguismo, por vezes, estavam presentes nas salas de aula, produzindo alternância de códigos e situações pedagógicas inusitadas.

O deslocamento cultural produz interstícios entre o que era conhecido e o novo que se descortina com o trânsito da migração. mestiçagem, hibridismo, migrar é vivenciar o lugar da fluidez, do movimento que, no fluxo, impacta o modo de viver, pensar e se posicionar no mundo (LUCHESE, 2014). Ao confrontar-se na sala de aula com a diferença cultural, os indivíduos negociaram, criaram táticas e, mesmo com tensionamentos, trocas culturais foram constituídas (HALL, 2011; WOODWARD, 2000). A presença das escolas públicas e o ensino em português são pontos a considerar nesse processo.

Enquanto as escolas italianas foram sendo absorvidas pelo poder público, que passou a fornecer professores e utilizou a estrutura construída pelas famílias para a aula pública, outros grupos mantiveram, por mais tempo, a escola com características étnicas. Em 1927, a professora Melida Lange Fidler lecionava nas casas dos moradores da comunidade, ela ensinava em português e falava alemão. A maior concentração de alemães e descendentes foi nas proximidades das Capelas de Santa Catarina e Três Mártires, onde ainda existem seus descendentes. Com pilares alicerçados na fé, professavam a religião protestante e, por intermédio deles, foram enviados Pastores da atual Igreja Luterana, como indica Xerri (2004). Muitas vezes, lecionavam às pessoas analfabetas e cediam a igreja para a prática educativa. Segundo Xerri (2004), observam-se que os alemães detinham certa facilidade em compreender os demais imigrantes e o inverso não acontecia com tanta frequência, pois muitos não compreendiam o alemão. “Os alemães, ao edificarem suas igrejas, construíram-nas para a oração e para servirem

LUCHESE, T. A.; PAGNONCELLI, S. P.

de escola, até que [outro] prédio próximo fosse construído para esse fim” (XERRI, 2004, p. 52). O ensino era ministrado na língua pátria (alemão), e o professor era pago pelos pais dos alunos. Mesmo sendo uma escola étnica alemã, era aberta aos filhos dos colonos italianos. Em relação a isso, é interessante o depoimento de Rosalina Pletsch Busatto, nascida em 21 de junho de 1909, transcrito por Xerri:

Frequentou a escola onde aprendiam em alemão e seu professor era Augusto Krüger; por serem sócios, os alemães pagavam dois mil-réis ao professor, já os italianos, por não serem sócios, pagavam 2.500 réis. O professor ensinava em alemão para os descendentes de alemães e em português para os italianos (XERRI, 2004, p. 142).

O desafio posto para o professor em salas marcadas por diferenças étnico-culturais e linguísticas evidentes foi o de uma prática pedagógica atenta às diferenças. Além das escolas étnicas comunitárias, encontramos a criação de escolas públicas estaduais, a política de subvenção aos professores e as escolas municipais que foram localizadas em Capoeiras e, depois, no município do Prata. A maioria das escolas estava situada junto à capela. Na comunidade de Silva Jardim, por exemplo, a escola estava localizada próxima ao moinho, da venda de secos e molhados e da pequena igreja. No local, funcionava a escola cujo prédio também servia de moradia para a família do professor Ludovico Maestri<sup>5</sup>. Segundo relato do próprio professor publicado em jornal:

A casa utilizada para escola, e que serve também para a comodidade do professor e família é vizinha da pequena Igreja, local de terreno social, terreno este de grande utilidade para poder cultivar o que é necessário para uso da família. A escola hoje é numerosa com 65 alunos, dos quais 51 meninos e 14 meninas<sup>6</sup> (*JORNAL Il Colono Italiano*, 11/03/1911, p 02).

A construção da escola nas proximidades da igreja, do cemitério, dos emergentes negócios locais, geralmente uma venda, além de outros como moinho, caso de Silva Jardim, foi prática recorrente. A unidade social da comunidade era representada pela presença da capela, escola, cemitério e, adiante, também salão comunitário, como apresentado por Luchese (2015, 2014, 2018). Na figura a seguir, a representação dessa proximidade com o prédio da escola à esquerda, o pequeno campanário em madeira, que, com seu badalar, marcava e noticiava horários e acontecimentos, e, também, em alvenaria, a pequena capela em honra a São Pedro.

**Figura 1** – Escola Pública e Capela de São Pedro, Linha Silva Jardim (1939)

**Fonte:** fotografia de E. Vieira, 1939, acervo de Adolpho Cerri *apud* Battistel (2008, p. 575)

Em alguns casos, por vezes de forma provisória, a própria capela tinha seu espaço para uso como escola. Na sede de Capoeiras, instalada no prédio da antiga igreja, passou a funcionar, em 1911, uma escola para meninos, criada pelo telegrafista Renato d'Ávila, que passou a ser também professor. Ele lecionava por três horas pela manhã, mais duas horas, à tarde (*JORNAL Il Colono Italiano*, 25/03/1911, p. 02). A escola perdurou por poucos meses, pois Renato d'Ávila foi nomeado secretário da Intendência de Alfredo Chaves, em novembro de 1911, deixando o posto telegráfico e a função de professor.

Escolas públicas estaduais poderiam ter professor nomeado ou subsidiado. Segundo Werle (2005), as subvenções concedidas pela instância estadual aos municípios tinham o intuito de difundir o ensino público e eram pagas trimestralmente a partir da apresentação de atestados de exercício (efetividades), com o ciente do subintendente ou inspetor de ensino. Como critérios para a distribuição das subvenções, estava a verificação da frequência, da localização das aulas e do ensino feito pelo professor em português. Atuou como professora particular, subsidiada pelo governo estadual, Adelina Cherubini Tomedi, conhecida como Bimba. Conforme seu relato, transcrito por Farina (1986, p. 86), "meu pai me colocou como interna em Monte Belo, no Colégio das Irmãs [...] aí eu estudei pra professora". Na figura 2, a professora Adelina e seus estudantes, em 02 de dezembro de 1916, na 16ª Aula Subvencionada pelo Estado, após a realização dos exames finais. A professora está sentada, ao centro. Os estudantes foram organizados por sexo, sendo, à esquerda, os meninos e, à direita, as meninas. Há uma ordenação por tamanho. Atrás da professora, a comissão examinadora composta pelo subintendente major Fernando Luzzatto e outros dois avaliadores não identificados.



**Figura 2** – 16ª Aula da Professora Adelina Cherubini, 1916



**Fonte:** Photographia & Cia., Alfredo Chaves. Acervo de Adolpho Cerri *apud* Battistel (2008, p. 574)

Apesar do momento festivo e solene que caracterizava a realização dos exames finais, em que as crianças compareciam com seus melhores trajes, pela imagem, é possível verificar as agruras e as dificuldades de muitas famílias para enviar os filhos para a aula, seja pela falta de materiais, calçados, uso de roupas menores ou muito maiores que o corpo que as vestia.

Após a constituição do município do Prata, foi registrado um aumento no número de escolas subsidiadas, além da criação de escolas providas pelo próprio município, conforme apresentado no quadro 1, a partir dos dados constantes nos relatórios do Estado e sistematizado pelas autoras:

**Quadro 1** – Escolas do Prata entre 1924 - 1926

Escola	1924			1925			1926		
	Nº de escolas	Matrícula	Frequência	Nº de escolas	Matrícula	Frequência	Nº de escolas	Matrícula	Frequência
Escola isolada estadual	3	178	160	3	184	162	2	75	-
Escola subvencionada estadual	12	504	451	12	643	534	12	-	-

Escolas municipais	9	350	316	9	473	419	15	-	-
Total	24	1032	927	24	1300	1115	29	1046	829

Fonte: adaptado de Relatório (1925, 1926, 1927).

A possibilidade de ir para uma aula mais próxima, sem longas distâncias, foi processualmente ampliando o número de matriculados e sua frequência. O tempo de permanência na escola, para a maioria das crianças, costumava ser breve. O relato de Pedro Toaldo, nascido em 06 de dezembro de 1906, filho de imigrantes italianos, reafirma tal condição ao dizer: “estudei um ano na Linha Oitaveta, numa escolinha longe dois quilômetros de casa. Estudei só um ano, depois a gente tinha que ir pra roça. Com sete ou oito anos, a gente já trabalhava o dia inteiro na roça” (FARINA, 1986, p. 91). Cabe mencionar os casos em que as crianças aprendiam em casa com os pais, os irmãos ou por conta própria, como revelou José Gasparini, também filho de imigrantes italianos, nascido aos 27 de setembro de 1898. Nas palavras de Gasparini: “nunca fui à escola, mas aprendi a ler e a escrever um pouco por conta própria” (FARINA, 1986, p. 92).

Nuances variadas marcaram as iniciativas escolares que foram emergindo em Capoeiras e, depois, no Prata. A Igreja Católica, por meio de seus padres, assumiu para si a responsabilidade pela educação do povo, organizando e mantendo escolas de cunho religioso, sob o comando de congregações católicas. Quando tal ação não foi possível, fomentou a criação de escolas paroquiais e escolas particulares com professores indicados, a fim de que sua prática pedagógica fosse condizente e apoiasse a propagação da fé. No caso de Capoeiras, uma escola paroquial foi criada em 1913, e, no termo de visita pastoral do arcebispo metropolitano de Porto Alegre, em 25 de abril de 1915, foi registrada a necessidade de apoiar o colégio das Irmãs, afirmando

recomendamos ao reverendo vigário e ao povo de Capoeiras o Colégio das Irmãs, as quais lutam com sérias dificuldades para continuar este estabelecimento de ensino [...] sendo o número das alunas muito deficiente é necessário que todas empenhem seus esforços para o aumentar, e não menos conveniente seria que os moradores favorecessem o Colégio com a oferta de produtos coloniais (LIVRO DE TOMBO, 1915, p. 7).

As Irmãs pertenciam à Congregação do Puríssimo Coração de Maria<sup>7</sup> e lecionavam para um grupo de meninas. Por ordem superior, a escola foi fechada em 1918. Para substituí-las, assumiu como professora Adelina Cherubini Tomedi, permanecendo por mais dois anos, quando a escola paroquial foi fechada definitivamente. Outras escolas confessionais foram criadas, como em Nova Bassano.

Em 1929, um significativo avanço foi a criação do Grupo Escolar do Prata. Instituído por meio do Decreto nº 4.331 de 15 de junho de 1929:

DECRETO N. 4331, de 15 de junho de 1929. Institui um grupo escolar na vila do Prata. O presidente do Estado do Rio Grande do Sul, no

LUCHESE, T. A.; PAGNONCELLI, S. P.

uso da atribuição que lhe confere a Constituição, artigo 20, nº 25 e de conformidade com o artigo 24 do decreto nº 3898, de 4 de outubro de 1927, resolve instituir um grupo escolar na vila do Prata. Façam-se as necessárias comunicações. Palácio do Governo, em Porto Alegre, 15 de junho de 1929. Getúlio Vargas. Oswaldo Aranha (LEIS, DECRETOS, 1930, p. 415).

A partir de julho de 1929, o Grupo Escolar já entrou em funcionamento com três professores e a diretora nomeada, Avelina Finger Davi. Em 1935, atuavam no Grupo Escolar do Prata cinco professoras: Jurema Santarem Rebello, Jurema Conte, Angelina Zanettini, Ruth Lima Ribeiro e Avelina Finger Davi, que permanecia como diretora. Ainda contavam com Amalia Schmitt como servente (LEBRUN, 1935, p. 180). A frequência escolar no primeiro ano de funcionamento foi de 110 alunos. A organização dos tempos, espaços e práticas foi diferenciada, própria dos grupos escolares, além de inaugurar novos tempos para a história da educação do Prata.

Em 1935, Julio Lebrun apresentou uma síntese histórica da educação no Rio Grande do Sul com evidências relativas ao município do Prata. O documento tem sentido pelas poucas e dispersas informações que localizamos. O que fica evidente por meio do relato de Lebrun é o crescimento no número de escolas, de investimentos, além da ampliação do território do município – o que demandou mudanças. O Prata contava ainda com oito professores subvencionados pelo estado em 1935<sup>8</sup>. Afirma Lebrun que

Em 1932 existiam nesta comuna, 28 aulas municipais, número esse que, em 1933, com a anexação a este Município dos distritos de Araçá, Flores da Cunha e Protásio Alves, elevou-se a 54, sendo de notar que quando esses três distritos foram anexados ao Prata, existiam neles apenas 9 aulas municipais, criando essa Prefeitura, no mesmo ano, mais 17 escolas para atender à Instrução pública naqueles distritos. O ano letivo de 1934 iniciou-se com 62 aulas municipais em funcionamento, das quais 5 passaram a ser contratadas pelo Estado em agosto do mesmo ano, ficando, portanto, o município com 57, tendo sido de 2429 crianças a matrícula real (LEBRUN, 1935, p. 380).

O primeiro decênio após a emancipação, apesar dos registros de crise econômica e de permanência de conflitos e disputas políticas, anunciou melhorias na ampliação da rede escolar. No mesmo relato, Lebrun afirma que, desde 1932, a Prefeitura ofertava, anualmente, curso de aperfeiçoamento gratuito aos professores do município no período de 20 dias, nas férias. Com o intuito de que os professores fossem preparados para “desempenharem com mais eficiência sua nobre missão e processarem o ensino nas escolas, com método e uniformidade” (LEBRUN, 1935, p. 380-381). Os resultados práticos<sup>9</sup> vinham sendo observados, e o investimento de 18,5% da receita municipal, em 1934, fora elevado para 21,5%, em 1935. No quadro a seguir, apresentamos, a partir dos dados informados por Lebrun (1935), as aulas municipais do Prata entre os anos de 1934 e 1935:

Quadro 2 - Aulas municipais do Prata (1934 - 1935)

Nº de ordem	Nomes dos professores	Localização das aulas		Ano funcionamento	
		Nome do lugar	Distrito	1934	1935
1	Adão Andreani	Linha Ipiranga	2º	X	X
2	Adão Andreani	Caçador	4º	X	X
3	Anna Fiorentin	Boa Vista	5º	X	X
4	Anna Sasso	Linha Félix da Cunha	2º	X	X
5	Angela Pierozan	Linha Bento Gonçalves	3º	X	-
6	Antonio Quintilio Garbin	Arroio dos Moreiras	5º	X	X
7	Antonio Rabutka	Linha Silva Jardim	2º	X	X
8	Arlindo Castegnaro	Linha Silva Jardim	3º	X	X
9	Arlindo Castegnaro	Linha Boa Fé	3º	-	X
	Armando Busatto	Linha Bento Gonçalves	3º	X	X
10	Avelina A. Fabris	Protásio Alves (sede)	6º	X	X
11	Adelina A. Thomedi	Prata (sede - grupo escolar)	1º	X	X
12	Bortolo Ravanelo	Linha Luiz de França	2º	X	X
13	Carolina Prestes Assumpção	Cafundó	5º	X	X

LUCHESE, T. A., PAGNONCELLI, S. P.

14	Celeste Aiolfi	Linha Bento Gonçalves	3º	X	X
15	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Nova Bassano (sede)	2º	X	X
	Desidério Peccato	Canhada Funda	5º	-	X
16	Desidério Peccato	Barra Seca	5º	X	X
	Carlos Valenza	Linha Garibaldi	1º	-	X
17	Dyonisio Lazzarotto	Linha Luiz de França	2º	X	-
	Casimiro Jacenski	Linha Senador Octaviano	3º	-	X
18	Clementina Boaretto	5ª Secção	6º	-	X
	Domingos Zardo	Jucão	5º	X	X
19	Edith Costa	Araçá (sede)	4º	X	X
20	Elvira Lazzarotto Moresco	Vila Seca	2º	X	X
21	Ernesto Lollatto	Capoeirinha	4º	X	X
22	Evaristo Nalin	Linha Sev. Ribeiro - lote 45	1º	X	X
23	Evaristo Nalin	Linha Sev. Ribeiro - lote 12	1º	X	-
24	Fiorelo Tonus	Linha General Netto	3º	X	X
25	Fioravante Antonioli	Linha Jacob Ely	3º	X	X
26	Grupo Escolar	Prata (sede)	1º	X	X
27	Genoveva Karpinski	Linha Senador Octaviano	3º	X	X
28	Germano Maines	Linha Senador Ramiro	2º	X	X

29	Germano Maines	Linha Benjamin Constant	2º	X	X
30	Helenita Mendes	Água Branca	5º	X	X
31	Hermínio Fabris	6ª Secção	6º	X	X
32	Irmã Maria Flavia da S. Paixão	Nova Bassano (sede)	2º	X	X
33	Ida Faversani	Guabijú	5º	X	X
34	Ignácio Rapkiewicz	Linha General Osório	3º	X	X
35	Iria Bortolozzo	Fazenda do Herval	1º	X	X
36	Jacob Frosi	Monte Berico	5º	X	X
37	João Bortolon	10ª Secção	6º	X	X
38	João Bortolon	12ª Secção	6º	X	X
39	João Pivotto	Arroio do Cyrino	5º	X	X
	Iria Dall'Igna	Linha Senador Ramiro	2º	-	X
40	Julietta Reis	Fazenda do Herval	1º	X	X
41	Lydia Nuss	Pratinha	1º	X	X
42	Luiza Vanzin	Linha Senador Ramiro	2º	X	X
43	Luiza Vanzin	Linha Benjamin Constant	2º	X	X
44	Luiza Fiorio	Cascaes	4º	X	X
45	Luiz Mattiello	Canhada Funda	5º	X	-
46	Maria Peruzzo Vigo	Estrada Buarque de Macedo	1º	X	X
47	Maximiliano Morello	4ª Secção	6º	X	X

LUCHESE, T. A., PAGNONCELLI, S. P.

48	Melida Lange	Linha General Osório	3º	X	X
49	Nair Maria Gilioli	Linha Garibaldi	1º	X	-
50	Octávio João Miotto	Linha José Bonifácio	1º	X	X
51	Olympio Ignácio Nunes	Campestre	4º	X	X
52	Pedro Prando	Linha Anita Garibaldi	2º	X	X
53	Ricieri Andreani	Barra Grande	4º	X	X
54	Rosina Vanzin Todescatto	Flores da Cunha (sede)	5º	X	X
55	Rosina Vanzin Todescatto	Flores da Cunha (sede)	5º	X	X
56	Rosa Ferreira Borges	5ª Secção	6º	X	-
57	Severino Cescon	Linha 15	4º	X	X
58	Virgilina Ignacia de Vargas	Passo da Cruz	5º	X	X
59	André Richetti	Barra Nova	5º	-	X
60	Octaviano José Dall'igna	Linha Luiz França	2º	-	X

Fonte: organização das autoras a partir de Lebrun (1935)

A constituição de um processo escolar com diferentes iniciativas envolveu sujeitos, práticas e alternativas próprias para manter uma escolarização possível. A maioria das escolas em todo o período estudado era multisseriada, e poucos foram os professores licenciados para a docência. Faziam-se professores pela prática e pela oportunidade. Além de ficar evidente o desafio do encontro, no espaço da sala de aula, de culturas diversas, com crianças que falavam línguas distintas.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do distrito de Capoeiras ao município do Prata, intentamos mapear os processos escolares entre imigrantes, descendentes e outros grupos que compartilharam, no espaço de sala de aula, diversas ascendências étnicas, marcas da diversidade cultural. Pensamos a “cultura como uma condição constitutiva da vida

social” (HALL, 1997, p. 27) e que, ao migrar, muitas das famílias que ali se estabeleceram foram confrontadas com o desconhecido que foi nominado, apreendido e significado.

Sabemos que o processo identitário se constitui por meio das relações com outros grupos, demarcando diferenças que são produzidas, especialmente, por marcações simbólicas. As condições sociais e materiais são importantes na construção identitária que é, constantemente, negociada. Assim, “os discursos e sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2000, p. 17). Desse modo, considerando o contexto cultural diverso do Prata, reconhecemos que experiências foram vividas e significadas a partir de um modo de identificação que foi apreendido. Passaram a ser nominados e, em alguns casos, estigmatizados (polaco sem bandeira, alemão batata, gringo, colono), mas também produziram negociações. Não apenas questões étnico-identitárias, mas conflitos políticos foram frequentes.

Se pensarmos a identidade como um ‘tornar-se’ (HALL, 2011), e que isso se dá por meio das relações e estabelecimentos de diferença, a sala de aula foi um espaço de encontro, de intensas marcações simbólicas, de estigmatização, mas também de consensos em prol da possibilidade de aprender. Os processos educativos escolares e não escolares produziram os sujeitos no tempo e suas identidades. Os registros remontam ao uso do castigo por professores, da dificuldade para acessar materiais como livros, da inconstância no pagamento dos professores, na provisoriidade das nomeações deles, da fugacidade de algumas escolas.

A escola pública municipal ou estadual com ensino de português, além de ser gratuita, foi desejada e solicitada, mas as práticas dos professores foram marcadas pela convivência da diversidade cultural e linguística, mobilizadora de trocas culturais. A maioria dos professores era imigrante ou filho de imigrantes no período em estudo. Portanto, carregavam eles próprios suas marcas étnicas e a difusão nacionalizadora por meio da escola foi efetiva apenas anos depois.

Artigo recebido em: 01/03/2021

Aprovado para publicação em: 28/05/2021

---

ABOUT MEETINGS, TENSIONS AND NEGOTIATIONS: SCHOOL PROCESS BETWEEN IMMIGRANTS AND DESCENDANTS IN 'PRATA' (NOVA PRATA/ RS, 1898 - 1929)

**ABSTRACT:** Analyzing the school process that emerged from the encounter between different groups of immigrants, in which negotiations and tensions generated by differences were present, as well as mapping the public, private, and confessional initiatives that allowed the nascent municipality to have schools is the purpose of the article. The time frame of the analysis covers the period of colonization, 1898 and extends until 1929 when, five years after the emancipation of the municipality of Prata, the School Group of Prata was established. The historical documentary analysis mobilized reports from the Town Hall administration, photographs, newspapers, Book of



LUCHESE, T. A.; PAGNONCELLI, S. P.

Records (Livro de Tombo) and mail. The theoretical framework was derived from Cultural History and History of Education. School initiatives and the meeting of different groups in the living space, the classroom, produced negotiations, tensions, and demands on teachers.

**KEYWORDS:** Ethnic Groups. Imigrants. Schools. Cultural Diversity.

---

DE ENCUENTROS, TENSIONES Y NEGOCIACIONES: PROCESO ESCOLAR ENTRE INMIGRANTES Y DESCENDIENTES EN 'PRATA' (NOVA PRATA/RS, 1898 – 1929)

**RESUMEN:** Analizar el proceso escolar que surgió del encuentro entre distintos grupos de inmigrantes, en los que negociaciones y tensiones generadas por las diferencias estuvieron presentes, así como mapear las iniciativas públicas, privadas y confesionales que permitieron que el naciente municipio contara con escuelas es el objetivo del artículo. El recorte temporal del análisis abarca el periodo de la colonización, 1898 y se extiende hasta 1929 cuando, tras cinco años de la emancipación del municipio de Prata, fue instituido el Grupo Escolar do Prata. El análisis documental histórico movilizó informes de la intendencia, fotos, periódicos, libro de registros (Livro de Tombo) y correspondencias. El marco teórico fue obtenido de la Historia Cultural y de la Historia de la Educación. Las iniciativas escolares y el encuentro de diferentes grupos en el espacio de convivencia, el salón de clase, produjo negociaciones, tensiones y demandas a los docentes.

**PALABRAS CLAVE:** Etnias. Inmigrantes. Escuelas. Diversidad Cultural.

---

## NOTAS

1 - Em sessão solene, no dia 1 de janeiro de 1945, presidida pelo Prefeito Adolpho Schneider, por Lei Federal, o nome do município foi alterado para Nova Prata, pois havia outro município denominado Prata em Minas Gerais (Farina, 1986; Xerri, 2004).

2 - No original: "Chi a sete domanda da bere e chi há sete di istruzione domanda delle scuole" (Jornal Il Colono Italiano, 28/10/1911, p. 02). Tal frase faz parte de uma crônica escrita por professor atuando em Capoeiras.

3 - Escolas étnico-comunitárias são entendidas como aquelas iniciativas de escolarização em que famílias ou comunidade se unem para constituir uma aula em que o ensinar a ler, a escrever, a contar e muitas vezes o rezar, em que o professor em geral é alguém da própria comunidade que sabe um pouco mais. As escolas étnico-comunitárias tinham características do grupo étnico a que se vinculavam – caso da língua ensinada, por exemplo. Ver mais em Luchese (2014, 2015).

4 - Sua nomeação e carreira como professor foram iniciadas em Capoeiras. Permaneceu professor público estadual, atuando em Alfredo Chaves e Montenegro. Foi jubilado pelo Ato nº 93, de 22 de março de 1934 do Governo do Estado (Jornal A Federação, 24/03/1934, p. 5).

5 - O professor Ludovico Maestri migrou da Itália aos 4 anos com os pais em 1876 (CROSETTA, 2000, p. 402).

6 - No original: "La casa sociale a uso scuola, e che serve anche di comodità del maestro e famiglia é posta vicina alla Chiesetta, su di um pezzo di terreno sociale, terreno questo di grande utilità per potervi coltivare il fabbisogno a uso famiglia. La scuola oggi é numerosa di 65 alunni dei quali 51 maschile e 14 femminile" (JORNAL Il Colono Italiano, 11/03/1911, p 02).

7 - Após 8 de maio de 1949, ao completarem seu primeiro centenário, passaram a nominar-se Congregação do Imaculado Coração de Maria.

8 - Eram professores subvencionados pelo Estado: Carlos Pieta (Nova Bassano), Luiz Guadagnin (Linha Borges de Medeiros), Branca Mattos de Moura (Povoado Rio Branco), Estevão Krieger (Linha Senador Octaviano), Affonso José Taverio (Linha 15 de Novembro), Regisberto Pelizzani (Linha Silva Jardim), Reginaldo Tedesco (Linha General Osorio) e Hermínio Fabres (Linha 24 de Fevereiro) (LEBRUN, 1935, p. 206).

9 - Um dos pontos que mereceria aprofundamento diz respeito à estratégia criada de combate ao analfabetismo, com, por exemplo, o concurso de alfabetização denominado “Concurso de Alfabetização do Centenário Farroupilha”, com o qual foram premiados os professores que alfabetizaram o maior número de crianças ou adultos (no caso dos cursos noturnos).

---

#### REFERÊNCIAS

ARANHA, O. **Relatório apresentado ao Dr. Getúlio Vargas**, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Oswaldo Aranha, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 25 de agosto de 1928. I Volume. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’A Federação, 1928.

BATTISTEL, A. I. **Retratos da Colônia**. Tomo 2. Porto Alegre: Palotti, 2008.

COSTA, R. (Coord.) **Povoadores das Colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado**. Porto Alegre: EST Edições, 1997.

CROCETTA, B. Um cinquantennio di vita coloniale. Gli esponenti individuali e collettivi della colônia italiana nel Rio Grande del Sud. In: **Cinquantenario Della Colonizzazione Italiana Nel Rio Grande Del Sud: 1875 - 1925**. Vol I – La cooperazione degli italiani al progresso civile ed econômico del Rio Grande del Sud. (Fac-símile). 2ª ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

FARINA, G. **História de Nova Prata**. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 1986.

GALEAZZI, Z. **100 anos da cidade de Nova Prata**. Casca: Toazza Art. Gráf. Ltda, 1998.

GALEAZZI, Z. **O Grande Prata e Sua História**. Casca: Toazza Art. Gráf. Ltda; Porto Alegre: EST, 1982.

GARDOLINKI, E. **Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1976.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. *In*: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, UFRGS, v. 22, nº 2, jul./dez. 1997, p. 15 – 46.

LUCHESE, T. A.; PAGNONCELLI, S. P.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. RJ: DP&A Editora, 2011.

JORNAL A Federação. **Órgão do Partido Republicano**. Ano LI, nº 69, Porto Alegre, sábado, 24/03/1934.

JORNAL A Federação. **Órgão do Partido Republicano**. Ano XIX, nº 170, Porto Alegre, quinta-feira, 24/07/1902.

JORNAL A Federação. **Órgão do Partido Republicano**. Ano XVI, nº 236, Porto Alegre, segunda-feira, 16/10/1899.

JORNAL Il Colono Italiano. **Organo degli interessi coloniali**. Ano III, nº 3, Garibaldi, 25/03/1911.

JORNAL Il Colono Italiano. **Organo degli interessi coloniali**. Ano II, nº 49, Garibaldi, 11/03/1911.

KREUTZ, L. **Professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Pelotas: Seiva, 2004.

LEBRUN, J. **Almanack escolar do Estado do Rio Grande do Sul**. Diretoria Geral da Instrução Pública. Edição oficial de 1935. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1935.

**LEIS, DECRETOS E ACTOS**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 1929. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1930.

**LIVRO DE TOMBO nº 1**. Paróquia de São João do Herval em Capoeiras, 1915. Acervo da Paróquia de São João Batista e Nossa Senhora Aparecida, Nova Prata.

LUCHESE, T. Â. **Escolarização, culturas e instituições**: escolas étnicas italianas em terras brasileiras. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

LUCHESE, T. Â. **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

LUCHESE, T. Â. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

MALIKOSKI, A. **Escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

**RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros**, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio A. Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 24 de agosto de 1925.

**RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros**, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Pio de Almeida, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 01 de agosto de 1926. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d' A Federação, 1926.

**RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros**, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio A. Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 24 de agosto de 1927.

**RENK, V. E. Imigração, Educação e Escolas Étnicas no Paraná.** Curitiba: PUCPress, 2016.

RENK, V. E., & MASCHIO, E. C. F. Por uma história da escola primária no contexto de imigração. **Revista Brasileira De História Da Educação**, Brasil, 2020. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e106> acesso em 20/02/2021.

RIZZARDO, R. **Raízes de um povo.** Missionários escalabrinianos e imigrantes italianos no Brasil (1888 – 1938). Porto Alegre: EST, 1990.

WERLE, F. O. C. **O nacional e o local:** ingerência e permeabilidade na educação brasileira. Bragança Paulista: ed. Universidade São Francisco, 2005.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença.** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7 - 72.

XERRI, E. G. **Nova Prata: uma incursão na história.** Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

---

TÉRCIANE ÂNGELA LUCHESE: Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Caxias do Sul (1997), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e doutorado em Educação na UNISINOS (2008). É professora da Universidade de Caxias do Sul, atua na graduação e nos Programas de Pós-Graduação em História e no de Pós-Graduação em Educação - Curso de Mestrado e Doutorado, sendo atualmente a coordenadora do PPGÉdu/UCS. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq e pesquisadora gaúcha FAPERGS.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6608-9728>  
E-mail: [taluches@ucs.br](mailto:taluches@ucs.br)

---

SONIA PRIGOL PAGNONCELLI: Licenciada em Pedagogia (UCS). Mestranda em Educação (UCS). Professora da Educação Básica na rede municipal de ensino de Nova Prata/RS.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7759-6314>  
E-mail: [sppagnoncelli@ucs.br](mailto:sppagnoncelli@ucs.br)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution* 3.0, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).